



Flávio liga presidente a Moraes

Em campanha em Juazeiro do Norte (CE), candidato do PL volta a dizer que, se eleito, indicará cinco ministros para o STF

» DANANDRA ROCHA
» ARMANDO HOLANDA
» LUIZA ALTOÊ

N a esteira da crise no Supremo Tribunal Federal (STF), o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, voltou a vincular o ministro Alexandre de Moraes ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em agenda de campanha na cidade cearense de Juazeiro do Norte, Flávio disse que “quem está votando em Lula está votando em Alexandre de Moraes”. O senador voltou a prometer que, caso seja eleito, indicará cinco ministros para o STF e enfatizou a possibilidade de renovação na Corte.

“Ninguém aguenta mais o Lula, ninguém aguenta mais quatro anos do atual governo, ninguém aguenta mais os ministros do Lula no Supremo, melando o Brasil, atrapalhando a nossa democracia”, discursou.

Flávio também voltou a comentar a sessão de terça-feira no STF, que deveria decidir a abertura ou não de investigação contra Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vrcaro. O julgamento, marcado por bate-boca e acusações, acabou adiado sem uma decisão a respeito do caso. “O que nós vimos, no meu ponto de vista, é a esperança do povo brasileiro que ainda está viva, porque, sem os ministros do Lula no Supremo, a democracia vive, o Brasil vive, o Judiciário vive”, disse.

Em outro momento da agenda, ele afirmou: “O próximo presidente da República, que vai ser o

Charles Vieira/Campanha Flávio Bolsonaro



Flávio Bolsonaro em ato no Ceará: “Quem está votando em Lula está votando em Alexandre de Moraes”

Flávio Bolsonaro, indicando mais cinco ministros do Supremo, nós não veremos mais esse triste espetáculo de tentativa de proteger Alexandre de Moraes”. A promessa de fazer cinco indicações já havia sido apresentada pelo candidato em ato realizado na Avenida Paulista, em 7 de Setembro.

O coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), reforçou a associação entre Lula e Moraes. “O fato de Alexandre Moraes hoje ter uma

relação estreita com Lula é claro para toda a sociedade brasileira”, frisou. “São duas faces da mesma moeda. Vocês assistiram, nos últimos três anos e meio, em diversas oportunidades diferentes, à forma como Alexandre foi recebido no Palácio do Planalto, ovacionado pela militância, incensado por Lula, com várias declarações de Lula colocando-o como defensor da democracia, como alguém que salvou o Brasil.” Marinho também afirmou que a crise envolvendo

o ministro teria reflexos sobre a campanha do presidente. A sessão do STF também provocou manifestações de outros candidatos à Presidência. Augusto Cury, do Avante, classificou o episódio como um “teatro” e criticou o pedido de vista feito por Flávio Dino, que suspendeu o julgamento. O candidato relacionou o adiamento à disputa eleitoral entre Lula e Flávio e afirmou que o eleitor deveria ter acesso às informações antes do primeiro turno.

» “Novo Visconde de Mauá”

Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência, afirmou, na agenda no Ceará, que quer ser reconhecido como o “novo Visconde de Mauá”, caso seja eleito. Ele disse que pretende destravar projetos de infraestrutura, com prioridade para ferrovias, e citou a conclusão da Transnordestina. “Quero ser reconhecido como o novo Visconde de Mauá, porque eu quero destravar todos esses projetos e conclusões de projetos, em especial de ferrovias”, declarou a jornalistas em visita a Juazeiro. Visconde de Mauá (1813-1889) foi um empresário, banqueiro e industrial brasileiro do século XIX. É lembrado como um promotor da industrialização e da modernização da infraestrutura do Brasil no Império.

“Pode ser que vão deixar de baixo do tapete o problema para depois das eleições”, criticou. “E os dois grupos dos meus adversários que estão na frente simplesmente não querem uma solução com um julgamento justo, isento, sério até o dia 4 de outubro”, ressaltou.

Renan Santos, do Missão, também criticou a interrupção da sessão e classificou o episódio como uma “pizza horrorosa”. Em transmissão com o deputado Kim Kataguiri (Missão-SP), afirmou que a Corte estaria “destruindo” o país. Em Londrina, Renan defendeu que ministros do STF envolvidos no caso Master deveriam ser “afastados e presos”.

Ronaldo Caiado (PSD), por sua vez, chamou a sessão de “espetáculo de horror” e disse que o episódio equivaleria a “um dos golpes mais severos” à democracia.

Já Romeu Zema (Novo) retomou as críticas ao Supremo nas redes sociais e disparou: “Intocável protege intocável”.



Ninguém aguenta mais o Lula, ninguém aguenta mais quatro anos do atual governo, ninguém aguenta mais os ministros do Lula no Supremo, melando o Brasil, atrapalhando a nossa democracia”

Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência da República

JURISTAS AVALIAM

Sessão “desastrada” e críticas a Dino

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), que deveria decidir se abriria investigação contra o ministro Alexandre de Moraes, por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vrcaro, repercutiu negativamente entre entidades, juristas e a sociedade civil. O julgamento foi suspenso com quatro votos a três pela tramitação separada dos casos de Moraes e do ministro André Mendonça, depois de pedido de vista de Flávio Dino.

Um grupo de 198 juristas, entidades, empresários e ex-ministros, que enviou ao STF uma carta de apoio ao presidente da Corte, Edson Fachin, no domingo, classificou a sessão como “desastrosa”. A avaliação é de que o ministro falhou na condução dos trabalhos, o que desgastou ainda mais a imagem do STF.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se manifestou sobre a sessão e repudiou a fala do ministro Flávio Dino sobre a advocacia. O magistrado afirmou que “não existe venda de sentença sem um advogado comprando”. Ele havia questionado a decisão do presidente da Corte de assumir a relatoria do procedimento que estava sob responsabilidade do ministro André Mendonça. Segundo Dino, a ação abre espaço para distorções no Judiciário.

“A afirmação, feita por um ministro do STF durante julgamento acompanhado por todo o país, lança sobre a advocacia uma suspeita genérica e indevida. Eventuais desvios de conduta devem ser apurados e punidos individualmente, sem atingir toda uma categoria profissional indispensável à administração da Justiça”, ressaltou a entidade, em nota. “A OAB não aceita a criminalização da advocacia. A entidade exige respeito às advogadas e aos advogados brasileiros, que diariamente exercem sua profissão em defesa da liberdade, da Justiça e do Estado Democrático de Direito.”

Para o advogado criminalista e sócio do Burg Advogados Associados, Daniel Allan Burg, a sessão do STF reforçou o debate sobre a necessidade de mudanças nos procedimentos adotados pela Corte em situações

Gustavo Moreno/STF



Dino afirmou não existe venda de sentença sem um advogado comprando



A afirmação, feita por um ministro do STF durante julgamento acompanhado por todo o país, lança sobre a advocacia uma suspeita genérica e indevida. Eventuais desvios de conduta devem ser apurados e punidos individualmente, sem atingir toda uma categoria profissional indispensável à administração da Justiça”

Trecho da nota da OAB

excepcionais, especialmente quando os próprios ministros são alvo de investigação.

“Não é de hoje que esse clamor por mudanças tem crescido na opinião pública. Depois de tantos e

sucessivos casos, para dizer o mínimo, mal-explicados, acho que o STF nunca mais terá o mesmo respeito se não instituir regras mais claras para situações excepcionais, sobretudo aquelas nas quais seus próprios membros figuram como investigados por fato”, afirmou.

Burg ressaltou que divergências entre ministros fazem parte do funcionamento de um tribunal, mas avaliou que a situação se torna problemática quando os conflitos deixam de ser percebidos como divergências jurídicas. “A sessão expôs ao público divergências que ultrapassaram o campo estritamente jurídico e chegaram ao confronto pessoal”, avaliou.

Para o advogado, a legitimidade de uma Corte não depende apenas da imparcialidade de seus integrantes, mas também da existência de procedimentos capazes de demonstrar essa imparcialidade à sociedade.

Para Henrique Smidt Simon, professor de direito constitucional do Centro Universitário de Brasília (Ceub), a sessão mostrou que a Corte estava “despreparada”. “Ficou a impressão, para o público, de uma disputa entre grupos que se protegem e que têm posições próprias, distantes da técnica jurídica exigida, seja pelo direito penal e pelo processo penal, seja pelo direito constitucional.”

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, PETROBRAS E SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL APRESENTAM

59.

FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO

11 A 19 DE SETEMBRO

Ceilândia
Planaltina
Plano Piloto
Samambaia
Taguatinga

APRESENTA

PATROCÍNIO

PATROCÍNIO ESPECIAL

REALIZAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA